



AO
CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COPAM
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM

Auto de Infração: 003426
Processo Administrativo nº: 01529/2001/003/2006

AUTO POSTO CATALÃO LTDA., sociedade comercial, inscrita no CNPJ sob o nº 38.633.954/0001-04, por seus procuradores *in fine* assinados, vem, respeitosamente, perante V. Exa., apresentar seu RECURSO, em face da r. decisão administrativa que houve por bem optar pela aplicação de multa, lastreando-se nas relevantes razões de fato e de direito adiante alinhavadas:

I- DOS FATOS

O posto revendedor acima mencionado fora autuado por agente ambiental, momento em que se lavrou auto de infração consubstanciando a infração descrita como **gravíssima**:

“5. prestar informação falsa ou adulterar dado técnico solicitado pelo COPAM ou pelos órgãos seccionais de apoio;” (Dec. 39.424, art. 19, par. 3º, inciso 5).

Nada obstante a apresentação de defesa tempestiva que demonstrava por motivos de fato e de direito a insubsistência do auto de infração, o julgamento do auto de infração apresentou parecer favorável a aplicação de multa no valor de R\$ 10.641,00 (dez



mil seiscentos e quarenta e um reais. Em que pese o renomado conhecimento do órgão julgador, a decisão não merece prosperar, pelas razões abaixo aduzidas:

II - DA DEFESA

II.1 - DA IMPOSSIBILIDADE DA TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA NO INCISO 5º, DO PAR. 3º, DO ART. 19 DO DECRETO 43.127 – NECESSIDADE DE DOLO

O renomado fiscal da FEAM, ao comparecer no empreendimento-impugnante para fins de elaborar seu relatório de vistoria, com escopo de referendar a AAF – Autorização Ambiental de Funcionamento, houve por bem relatar que existem pendências relacionadas com a atividade desempenhada pela empresa.

Informou que estariam pendentes 3 (três) itens, os quais constituiriam faltas gravíssimas, pois sobre os mesmos o empreendedor teria mentido, uma vez que tais itens estariam em desacordo com preceitos da legislação ambiental.

Todavia, o empreendedor nunca mentiu, ou faltou com a verdade, não podendo aceitar o nível de discricionariedade na lavratura do auto de infração.

Prestar informação falsa exige o dolo, ou seja, a intenção de fraudar, enganar o Poder Público, o que não é o caso dos autos! O posto revendedor assinou o termo de responsabilidade mediante orientação da empresa de consultoria, a qual deveria ter sido mais diligente.

Todavia, não pode o fiscal da FEAM presumir que o dono da empresa mentiu!

Ora, matéria tão complexa quanto o licenciamento ambiental deveria ter sido pelo menos melhor tratada no termo de responsabilidade, para posteriormente pretender punir alguém, imputando-lhe conduta que pode até mesmo ser classificada como crime.



Isto porque, o tipo do item 5, par. 3º, do art. 19 do Decreto 43.127/2002, exige dois elementos: o **primeiro** é a informação prévia, escoreita, acabada e clara, a ser solicitada do empreendedor pela FEAM, ou seja, o dever jurídico determinado; e **segundo** o dolo do empreendedor em omitir esse dever.

Quanto ao primeiro elemento acima tratado, importa mencionar que a informação solicitada ao empreendedor não pode ser ampla, a ponto de cair no sentido vago, representado na ordem "*cumpra-se a lei*"!

Vale dizer, o termo de responsabilidade deve conter a obrigação específica que o revendedor deveria cumprir, não podendo ter uma afirmação tão ampla a ponto de ser impreciso seu conhecimento pelo empresário.

Pois bem! Não se pode atestar o descumprimento de informações que não foram endereçadas ao empresário, basta verificar que nenhum dos três itens estão contidos, explicitamente, no termo de responsabilidade!

Se a FEAM é omissa em colocar os deveres, pontuando-os, item por item, no termo de responsabilidade, ou quiçá, em relação anexa, não há que se falar em informação falsa! Não existe prestação de informação falsa de conteúdo implícito!

ORA, SOMENTE SE PODE PRESTAR INFORMAÇÃO FALSA DAQUILO QUE SE CONHECE.

E o caso dos autos é outro completamente diverso. O empresário não conhece as leis de meio ambiente, com suas correspondentes obrigações, tanto é verdade que este teve que contratar empresa de consultoria ambiental.



O empresário é quem não foi! Pois assinou documento (Termo de Responsabilidade) por orientação de sua empresa de consultoria, de forma que nunca existiu intenção de prestar informação falsa.

Isto porque o ilícito administrativo imputado, somente pode ser punido se houve dolo, ou seja, a vontade livre e consciente de falsificar ou adulterar, consoante pacífica doutrina e jurisprudência.

Neste sentido, vale-se dos ensinamentos do Direito Penal para corroborar o aqui defendido. Comprove-se, pois:

“O crime de falsidade ideológica se perfaz com dolo específico (STF, mv – RTJ 143/129-30), que é o fim de prejudicar direito, criar obrigação, ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (TJSP, RT 13-330, 642/283, 590/334, 543/331). Não há falsidade sem consciência de falsidade (TJSP, RT 672/292, 491/292). A denúncia deve referir-se ao elemento subjetivo, sob pena de inépcia (TJSP, RT 519/363)”.¹

Dessa forma, não há que se falar que a empresa prestou informação falsa. A afirmação de que houve prestação de informação falsa, insofismavelmente, não se aplica ao caso, visto que o empreendimento apenas assinou documento, instruído por sua empresa de consultoria ambiental, acreditando na capacitação técnica da mesma, além de ser demasiadamente gravosa.

De outro lado, cumpre mencionar que o renomado fiscal da FEAM concedeu prazo de adequação dos itens que aliás ainda não expirou, o que configura a

impossibilidade de sancionar a suposta conduta infratora da empresa, uma vez que tal fato significa postergação de qualquer tipo de autuação. Equivale dizer, a autuação somente seria lançada, se não cumprida a ordem do fiscal.

¹ DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 6ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. Pág. 596



Assim, o ato jurídico que imputa à empresa a violação do art. 19, par. 3º, alínea 5, não encontra supedâneo jurídico, uma vez que possui desvio de finalidade, ao aplicar norma sobre conduta não cometida pela empresa, de forma dolosa, ou até mesmo culposa.

II.2- DA DUPLA PRETENSÃO SANCIONATÓRIA PARA A MESMA VISTORIA – CONFIGURAÇÃO DE *BIS IN IDEM*

Não obstante todo o acima exposto, que, por si só, elide qualquer pretensão punitiva desta renomada Fundação, ainda nos cumpre mencionar que o ato administrativo que lavrou o referido auto de infração é nulo, uma vez que se mostra presente clara afronta ao princípio do *non bis in idem*.

Isto porque, em função da mesma conduta, qual seja de restarem pendências com relação às condicionantes impostas pelo COPAM, já foi lavrado um auto de infração anterior, o de nº 003414/2006. O artigo 19, parágrafo 3º, item 2 já contempla a falta de adequação, ou seja, a omissão de forma que não há que se falar em prestação de informação falsa, mormente em face da FEAM ter lavrado este auto de infração praticamente um mês após a lavratura do anterior auto de infração.

Em outras palavras, apesar de tipificada por fundamentos legais diversos, a mesma suposta infração cometida pelo empreendimento ensejou a lavratura de ambos autos. Ora, a administração pública não pode pretender sancionar duas vezes a

administrado pela mesmíssima alegada conduta. Além do que, conforme já acima dissertado, a infração configurada no presente auto se mostra demasiadamente gravosa, de forma que este deve, indubitavelmente, ser anulado.



A doutrina e jurisprudência são categóricas em repudiarem a dupla punição por mesmo ato. Comprove-se, pois, *mutatis mutandis*.

“6. SE JÁ HÁ INCIDÊNCIA DE MULTA DIÁRIA PELO ATRASO NO INÍCIO E CONCLUSÃO DA OBRA, AFASTA-SE A CONDENAÇÃO EM SEGUNDA MULTA PELA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS, SOB PENA DE PRESTIGIAR UM BIS IN IDEM, O QUE É DEFESO PELO DIREITO”. (TJDF - APELAÇÃO CÍVEL 20000710112618APC DF - 2ª TURMA CÍVEL)

II.2 - DAS AGRAVANTES E ATENUANTES

No que concerne a aplicação das atenuantes, cumpre mencionar que o administrado faz jus a aplicação de, **pelo menos três**, sem prejuízo de aplicação *ex-officio* de outras, que a Administração julgar cabíveis, ou que, por ventura, aparecem no decorrer do feito administrativo, quais sejam aquelas expostas nas letras “A”, “C” e “E” do artigo 69, do Decreto 44.309/2006, *verbis*:

“a) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos, incluídas medidas de reparação ou de limitação da degradação causada, se realizadas de modo imediato, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em até um terço;

(...)

c) menor gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio

ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um terço;

(...)

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um sexto;"



O empreendedor faz jus a incidência da atenuante descrita no art. 69, inciso I, alínea "A", do Decreto 44.309/2006. Isto porque, a empresa está providenciando o cumprimento dos quesitos pendentes, os quais não foram realizados por

culpa exclusiva do consultor ambiental, consoante já relatado, o que comprova a sua intenção em corrigir qualquer prática irregular.

O empreendedor também faz jus a incidência da atenuante descrita no art. 69, inciso I, alínea "C", do Decreto 44.309/2006. Isto porque, inexistente dano/degradação, o que não importou em consequências para o meio ambiente, uma vez que não foi descrita qualquer mortandade de flora ou fauna no local apontado como degradado/degradador, o qual consubstanciou a suposta infração cometida pelo empreendimento, não menciona a ocorrência de dano ambiental, o que por si só, já demonstra a menor gravidade dos fatos e suas consequências.

Outrossim, o empreendedor faz jus a incidência da atenuante descrita no art. 69, inciso I, alínea "E", do Decreto 44.309/2006. Isto porque, o empreendedor declara neste ato, que se dispõe a realizar reuniões e analisar propostas de mitigação dos impactos de sua atividade no meio ambiente, evitando questões como as que lhe foram imputadas neste auto de infração. O empreendedor, inclusive, pretende firmar Termo de Ajustamento de Condutas com o renomado órgão ambiental, com fins de ajustar as obrigações a serem cumpridas nos prazos estipulados, consoante requerido no presente documento, bem como restará comprovado nos autos.

II.3 - DO EFEITO SUSPENSIVO

Em tempo, solicita-se seja o presente recurso recebido em seu efeito suspensivo para fins de obstar a aplicação de eventual penalidade, bem como seja avaliada a possibilidade de formalização de termo de ajustamento de conduta para fins de reduzir a multa em 50%, caso não sejam aplicadas as atenuantes.



III - DO PEDIDO

Pelo exposto, e por tudo o mais encontrado, requer digne este renomado órgão a julgar o pedido procedente, para fins de anular o auto de infração, pelas razões

acima expostas. Por cautela, protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, bem como seja deferido prazo para juntada de procuração e contrato social.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2007.

BERNARDO R. SOUTO
OAB/MG 84.947

LÍGIA MACEDO DE PAULA
ESTAGIÁRIA ACADÊMICA